

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**KELVIN FONTELLA DE MORAES**

**O Trabalho da Equipe Volante na área rural de São Borja**

**São Borja**

**2021**

**KELVIN FONTELLA DE MORAES**

**O Trabalho da Equipe Volante na área rural de São Borja**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de graduação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Dr. José Wesley Ferreira

**São Borja**

**2021**

M827t Moraes, Kelvin Fontella

O trabalho da equipe volante na área rural de São Borja  
/ Kelvin Fontella Moraes.

25 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2021.

"Orientação: José Wesley Ferreira ".

1. Assistência Social . 2. equipe volante. 3. área rural  
. 4. precarização . I. Título.

**KELVIN FONTELLA DE MORAES**

**O Trabalho da Equipe Volante na área rural de São Borja**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de outubro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. José Wesley Ferreira

Orientador

UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Solange Emilene Berwig

UNIPAMPA

---

Assistente Social Caroline Santos da Rosa



---

Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/10/2021, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/10/2021, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

Assinado eletronicamente por **CAROLINE SANTOS DA ROSA, Aluno**, em 11/10/2021, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0635448** e o código CRC **2AE49BF8**.

---

## O trabalho da Equipe Volante na área rural de São Borja

Kelvin Fontella de Moraes<sup>1</sup>

José Wesley Ferreira<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso, oriundo da análise da experiência vivenciada durante estágio supervisionado em Serviço Social. Os resultados do estudo demonstram que a precarização do trabalho da equipe volante desdobra-se na violação do direito ao acesso à Assistência Social, pois o extenso território geográfico obstaculiza o trabalho que é realizado com escassos recursos humanos e materiais. As demandas de convivência familiar e comunitária das famílias são atendidas parcialmente, pois apesar das intervenções em grupos fomentar a convivência e o debate em torno de questões relacionadas as mulheres que participam, as condições precárias de trabalho produzem uma rotina extenuante que gera intenso cansaço físico e mental nos profissionais que ficam sem tempo e energia para planejar o trabalho com o intuito de produzir reflexões sobre tais demandas. Já as demandas mais complexas das famílias que requerem continuidade e articulações com outros serviços são predominantemente atendidas por meio da inserção em benefícios e programas sociais, pois as intervenções com vistas a trabalhar as expressões da questão social vivenciadas no espaço privado são obstaculizadas pela precarização do trabalho.

Palavras-chaves: Assistência Social. Equipe Volante. Área Rural. Precarização.

### ABSTRACT

This article is the result of the Course Conclusion Work, arising from the analysis of the experience lived during a supervised internship in Social Work. The results of the study demonstrate that the precariousness of the work of the mobile team leads to a violation of the right to access Social Assistance, as the extensive geographic territory hinders the work that is carried out with scarce human and material resources. The demands of family and community coexistence are partially met, because although the groups encourage coexistence and debate around issues related to the demands of

---

<sup>1</sup>Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. E-mail: [kelvinmoraes.aluno@unipama.edu.br](mailto:kelvinmoraes.aluno@unipama.edu.br).

<sup>2</sup>Dr. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. E-mail: [joseferreira@unipampa.edu.br](mailto:joseferreira@unipampa.edu.br).

women, the precarious working conditions produce a strenuous routine that generates intense physical and mental fatigue in professionals who they don't have the time and energy to plan the work in order to produce reflections on these demands. The demands of families, on the other hand, are predominantly met through inclusion in benefits and social programs, since interventions that require more complex articulations with a view to working the expressions of the social issue experienced in the private space are hampered by the precariousness of work.

Keywords: Social Assistance. Steering Team. Rural Area. Precariousness.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo, a partir da análise crítica das experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado junto a equipe volante de São Borja busca refletir sobre como ocorre o trabalho dos profissionais relacionando com documentos, diretrizes, normativas e bibliografias referentes a operacionalização da política de Assistência Social. A equipe volante é o único serviço contido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que intervém no território da área rural do município, caracterizando-se como porta de entrada da população rural à rede de proteção socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ressalta-se a importância da equidade no atendimento à população tanto no território da área rural como na área urbana, visando a garantia de acesso universal aos serviços socioassistenciais da política de Assistência Social (BRASIL, 2009).

O público usuário dos serviços da equipe volante são todas as famílias que vivem na área rural do município, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do nulo ou quase nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social. Observando-se com maior atenção as famílias usuárias de programas como Bolsa Família ou benefício assistencial. As famílias que atendem os critérios para acesso à programas e benefícios mas não recebem e famílias que tenham algum integrante com deficiência ou idoso em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2013).

Este trabalho discorre sobre as demandas de trabalho da equipe volante na área rural de São Borja e também apresenta os limites e as possibilidades para o atendimento dessa população pelos profissionais que trabalham na política pública de Assistência Social no município. O trabalho está organizado em: 1. Introdução que apresenta o estudo; 2. As principais demandas identificadas na área rural de São Borja e os limites e possibilidades postos aos profissionais para atendê-las; 3. Considerações finais que demonstra os resultados obtidos no estudo.

## **2. DEMANDAS ATENDIDAS PELA EQUIPE VOLANTE NO TERRITÓRIO DA ÁREA RURAL**

Os serviços da política de Assistência Social englobam os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS que possuem como finalidade trabalhar a prevenção de rompimento dos vínculos familiares e comunitários e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS, que intervêm em situações nas quais os vínculos familiares e comunitários já foram rompidos (BRASIL, 2014).

As equipes volantes intervêm em áreas vulneráveis e de difícil acesso que se localizam no território de abrangência dos CRAS, ou seja, os profissionais da equipe volante se constituem como uma equipe de apoio ao trabalho realizado pelos CRAS (BRASIL, 2011b). Conforme a Portaria nº303 que regulamenta as equipes volantes:

A constituição de equipes volantes visa ao deslocamento no território de abrangência do CRAS a que se vinculam, quando se tratar de território com peculiaridades tais como extensão territorial, áreas isoladas, áreas rurais e de difícil acesso (BRASIL 2011a, p.89).

Portanto, as equipes volantes se vinculam aos CRAS e devem ser compostas por equipes técnicas de: [...] *dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e um psicólogo; e [...] dois técnicos de nível médio* (BRASIL 2011, p.89). Esses profissionais vinculados às equipes volantes não devem atuar desvinculados dos CRAS, pois conforme a Portaria nº303:



A equipe volante não substitui o CRAS em território que demande sua implantação, pois constitui, exclusivamente, equipe adicional integrante do CRAS a que se vincula (BRASIL, 2011a).

De acordo com a NOB-RH/SUAS, os CRAS de pequeno porte devem atender no máximo 2.500 famílias com equipe mínima composta com dois técnicos de nível superior, preferencialmente, um assistente social e um psicólogo e dois profissionais de nível médio, ou seja, a equipe mínima dos CRAS é similar a equipe mínima das equipes volantes. Como as equipes volantes trabalham vinculadas aos CRAS, a composição mínima de recursos humanos em um CRAS que conta com apoio da equipe volante é 4 técnicos de nível superior e 4 de nível médio para o atendimento de até 2.500 famílias (BRASIL, 2011b).

O território de abrangência da equipe volante corresponde a área rural do município de São Borja e tem como particularidade uma extensão territorial extremamente vasta, muito maior do que a área urbana. De acordo com o IBGE/PNRS (2010), a área rural do município concentra aproximadamente 16,7% do total da população de São Borja que corresponde a 61.671 pessoas. Desse percentual, atualmente a equipe volante atende em torno de 283 famílias que residem em comunidades rurais do município. Comunidades essas que possuem peculiaridades que as diferenciam, algumas são assentamentos, outras se formam próximas a propriedades rurais em que seus moradores geralmente trabalham e também existe o distrito rural de Nhú-Porã com vilas rurais ao seu redor (MORAES, 2019).

As comunidades rurais formadas a partir de assentamentos de sem terras cadastrados no Incra<sup>3</sup> são: Conquista das Missões, Cambuchim, Cristo Redentor e São Marcos. Além desses assentamentos existem mais 17 localidades dentre as quais se destaca o distrito rural de Nhu-porã, pois é a comunidade que possui maior população e melhores condições habitacionais, contando com Unidade Básica de Saúde, escola, correio, estabelecimentos comerciais e uma pracinha. Outra comunidade que também possui Unidade Básica de Saúde e escola é Samburá. As demais comunidades contam apenas com escola no local ou nas redondezas e com agentes comunitários de saúde para o atendimento da população.

A equipe volante é o único serviço da rede de proteção socioassistencial que se desloca até as comunidades rurais, afim de realizar atendimentos aos usuários no

---

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

seu próprio território. Essas comunidades ficam distribuídas em um espaço territorial muito extenso, elas são distantes umas das outras, o que acaba obstaculizando e precarizando o trabalho da equipe volante devido a extensa área de cobertura e ao reduzido número de profissionais alocados na equipe. É importante ressaltar que a equipe volante de São Borja conta com uma profissional assistente social e um orientador social de nível médio, o que vai de encontro com a Portaria nº303 que informa sobre a necessidade de no mínimo dois profissionais de nível superior e dois de nível médio. O trajeto da área urbana para área rural realizado pela equipe volante cotidianamente impõe uma série de limites objetivos ao trabalho, principalmente, pelas longas distâncias que precisam ser percorridas e pelas carências de recursos humanos, materiais e financeiros. Na tabela abaixo com informações colidas mediante diário de campo é possível identificar o número de famílias atendidas nas respectivas comunidades e suas distâncias em km da área urbana:

Tabela 1 – Distâncias percorridas e famílias atendidas por comunidade rural

Comunidades rurais	Número de famílias	Distância ida e volta área rural-área urbana
Vila Brites	14	190 km
Nhú-Porã	77	60 km
Samburá	2	146 km
Rincão do Meio	10	124 km
Timbuava	5	90 km
São Miguel	1	70 km
Sarandi	22	80 km
Mercedes	9	120 km
Rincão São João	23	24 km
Ivaí	38	36 Km
Cassacã	13	50 km
Rincão de Santana	10	68 km
Cambuchim	6	80 km
São Lucas	2	70 km
Passo da Barca	1	90 km
Rincão das Pedras	3	72 km

Vila Taquarera	4	58 km
Estrada do Mergulho	1	50 km
Rincão da Cria	3	30 km
São Bento	1	36 km
Mato Grande	7	16 km
Maragato	1	24 km
Encruziilhada	1	122 km
São Ramão*	-	44 km
Capão Alto	4	4 km
São Rafael	1	64 km
Santa Luzia	2	68 km
Rincão Santos Reis	2	64 km
Conquista das Missões	16	9 km
Cristo Redentor	4	56 km

\*Atualmente nesta comunidade não é realizado intervenções em grupo ou individuais.  
Fonte: MORAES (2019).

Os serviços e atividades prestadas pela equipe volante são busca ativa, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Além disso, a equipe volante deve apoiar a inserção ou atualização cadastral das famílias no Cadastro Único e realizar encaminhamentos necessários para acesso à renda e para serviços da Assistência Social e de outras políticas públicas (BRASIL, 2015).

No território da área rural o desemprego é uma das principais expressões da questão social<sup>4</sup> e se desdobra na pobreza da população. Às famílias que vivem nas comunidades rurais e detêm apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência, à medida que não há emprego, se encontram sem nenhuma fonte de renda para suprir suas necessidades básicas como a alimentação, por exemplo. Mesmo quando há a oferta de trabalho, na maioria das vezes, são vínculos empregatícios informais nos quais os trabalhadores precisam se submeter a precárias

---

<sup>4</sup> A questão social nos termos de Iamamoto (2015, p.27), tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

condições de trabalho<sup>5</sup>. O reflexo disso, é que em muitas comunidades rurais as famílias se encontram em situação de insegurança alimentar, com dificuldades para garantirem seu sustento, pois sobrevivem apenas do que plantam e dos animais que criam em casa para o abate, geralmente, galinhas e porcos porque exigem menos cuidados.

Nesse sentido, a demanda pelo Aporte Nutricional é recorrente nas comunidades rurais nas quais a equipe volante intervém. O Aporte Nutricional é um benefício eventual contido na política de Assistência Social que prevê como direito dos usuários o acesso à uma cesta básica de forma não contínua (mês sim, mês não) (SÃO BORJA, 2019). Tal demanda é identificada geralmente a partir da busca ativa ou procura espontânea dos próprios usuários. Na maioria das vezes, os usuários que possuem essa demanda já são referenciados<sup>6</sup> aos serviços da equipe volante. Entretanto, caso seja o primeiro contato desse usuário com os serviços, é feito seu acolhimento durante a entrevista e é preenchido seu prontuário social para iniciar seu vínculo com os profissionais da política de Assistência Social. O encaminhamento do Aporte Nutricional se manifesta como uma das demandas mais imediatas dos usuários pelo seu caráter de urgência e, é a principal demanda que a equipe volante atende no território rural.

A equipe volante centra suas intervenções em grupos de convivência realizados mensalmente em 13 (treze) comunidades rurais: Assentamento Conquista das Missões, Timbaúva, Ivaí, Rincão São João, Vila Brites, Nhu-porã, Caçacã, São Ramão, Samburá, Mercedes, Rincão do Meio, São Miguel e Sarandi. Nessas comunidades predominam as intervenções em grupo com a finalidade de produzir convivência familiar e comunitária. As intervenções individuais requisitadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas são realizadas por meio de visitas domiciliares e se reduzem ao repasse do Aporte Nutricional, materiais de construção, móveis, roupas e no encaminhamento para cursos profissionalizantes, visto que a grande maioria dos usuários desses serviços não costuma comparecer nas intervenções em grupo.

---

<sup>5</sup> A precarização do trabalho segundo Galeazzi (2002), inclui pelo menos dois aspectos que é a ausência ou diminuição de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade.

<sup>6</sup> Os usuários referenciados são aqueles que possuem vínculo com algum CRAS, ou equipe volante. Esses usuários reconhecem que estão vinculados com profissionais do CRAS ou equipe volante ao qual podem recorrer para atendimento de suas demandas. (BRASIL, 2011).

As demais comunidades<sup>7</sup> são aquelas em que a equipe volante realiza intervenções pontuais geralmente voltadas ao repasse de Aporte Nutricional. Nessas comunidades de menor porte localizadas em pontos ainda mais isolados e de difícil acesso a equipe volante não consegue realizar intervenções com frequência, em razão das particularidades do território. O território geográfico da área rural é desproporcional a capacidade de atendimento de uma única equipe volante composta por apenas uma profissional de nível técnico superior e um profissional de nível médio. Essa incompatibilidade entre o extenso espaço territorial e os escassos recursos humanos, desdobra-se na precarização dos serviços prestados porque não haveria condições adequadas de trabalho para atender as demandas mesmo que houvesse equipe mínima completa, seguindo os critérios da Portaria nº303. Infere-se que as peculiaridades geográficas do território rural de São Borja demandam o trabalho de pelo menos três equipes volantes.

Diante disso, o trabalho da equipe volante é organizado de modo que as intervenções fiquem centradas na realização de grupos de convivência compostos em sua totalidade por usuárias mulheres. Do ponto de vista dos gestores a finalidade do trabalho da equipe volante deve ser o cumprimento de metas quantitativas, visando a captação e manutenção de recursos do governo federal para o atendimento das demandas das comunidades rurais. As intervenções em forma de grupos de convivência possibilitam o atendimento de um número maior de usuários em menos tempo, sobrepondo o quantitativo a qualidade dos atendimentos. Nesse sentido, cumprir metas quantitativas no atendimento à população produz um ambiente harmônico entre os interesses da instituição e os interesses imediatos dos usuários de terem suas demandas de acesso ao Aporte Nutricional atendidas. No entanto, as demandas de depressão, isolamento social, homofobia, dentre outras que se expressam no cotidiano das famílias inseridas no (PAIF) que requerem acompanhamento contínuo, por suas naturezas complexas, tendem a ser negligenciadas em decorrência da precarização das condições de trabalho e a falta de acesso da população residente na área rural à demais políticas públicas.

A promoção da convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários se constitui como o principal objetivo dos serviços prestados pela equipe

---

<sup>7</sup>São Lucas, Encruzilhada, Passo da Barca, Capão Alto, Rincão das Pedras, Vila Taquarera, Estrada do Mergulho, Rincão da Cria, São Bento, Mato Grande, Maragato, Santa Luzia, São Rafael, Rincão Santos Reis, Cambuchim, Rincão de Santana.

volante aos usuários. Esse objetivo é planejado durante a formulação das políticas públicas por meio do estabelecimento de parâmetros e diretrizes que informam os objetivos dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS na operacionalização da política de Assistência Social. A gestão em nível federal delega objetivos as gestões municipais que se encarregam da operacionalização dessa política pública. Nesse processo, as gestões municipais precisam prestar contas à gestão federal quanto ao cumprimento da promoção de vínculos familiares e comunitários que são objetivos centrais desta política pública. A prestação de contas é realizada mediante a elaboração dos seguintes relatórios quantitativos: o relatório mensal dos atendimentos realizados (RMA), o relatório do sistema de informação do serviço de convivência (SISC) e o relatório do cadastramento dos usuários no CAD/Único. Portanto, as demandas institucionais tendem a agregar a prestação do atendimento em grupos que concretizam, predominantemente, no plano formal a promoção de vínculos familiares e comunitários e a elaboração de relatórios que demonstram quantitativamente o trabalho. Dessa forma, os grupos de convivência correm o risco de tornarem-se um fim em si mesmos à medida que priorizam o atendimento de processos burocráticos. Como supracitado, a área rural de São Borja possui um território de abrangência maior do que a capacidade de recursos humanos para realização do trabalho, o que precariza os serviços prestados.

Nas intervenções em grupo, às vezes, aparecem demandas como o sofrimento mental. Tal demanda deve ser problematizada a partir da mediação com a desigualdade de gênero, porque quando as mulheres relatam os seus cotidianos no grupo se identifica que as atividades desempenhadas por elas são voltadas para atendimento de demandas da família como lavar roupa, fazer comida, limpar a casa, etc. Nessa rotina cotidiana, muitas vezes, elas não têm tempo para parar e pensar que, em parte, seu sofrimento mental pode estar relacionado com uma rotina na qual suas atividades atendem demandas da família e não as suas. Os profissionais ao se apropriarem dessa mediação entre sofrimento mental e a reprodução do papel atribuído a mulher, podem planejar intervenções no intuito de que as mulheres se atentem para tal correlação e busquem outras formas para ressignificar suas relações, atingindo a raiz do problema que se encontra na opressão vivenciada nas relações de gênero. Nesse movimento os profissionais partem da demanda institucional (metas quantitativas) que atende uma demanda imediata do usuário (Aporte Nutricional) e com base nos seus conhecimentos profissionais desvenda outras demandas e planeja

a intervenção com o intuito de atingir expressões da questão social mais mediatas<sup>8</sup>. No entanto, para esse processo ocorrer é preciso ampliar a equipe volante que atende o território rural, que requer além de assistentes sociais, psicólogos e orientadores sociais.

A desigualdade de gênero é uma expressão da questão social que se manifesta no território rural por meio da violência de gênero contra as mulheres. As relações sociais estabelecidas pelas famílias nas comunidades guardam traços extremamente machistas, conservadores, ao ponto de serem reproduzidas pelas próprias mulheres. O acesso à educação, informação e cultura no território rural ainda se dá de forma bastante precária, contribuindo para que os valores dominantes apreendidas na vida cotidiana sejam calcados no conservadorismo construído historicamente pela sociedade brasileira e repassados de geração para geração. Assim a submissão da mulher perante o homem é tida como algo natural em grande parte das comunidades rurais. Por exemplo, em um atendimento realizado mediante encaminhamento de Aporte Nutricional para uma usuária residente de assentamento, a mesma relatou que foi agredida fisicamente por seu companheiro com um soco no rosto. A usuária disse que ao acionar a polícia recebeu críticas de alguns de seus vizinhos, inclusive de outras mulheres, pois entenderam que ela teria agido errado ao chamar a polícia, legitimando a violência de gênero como algo natural e culpabilizando a vítima.

Como supracitado, a equipe volante é responsável pelo atendimento de diversas comunidades rurais distribuídas em um território muito extenso. Nesse contexto, o trabalho fica muito limitado, principalmente, para o acompanhamento de famílias inseridas no (PAIF) com demandas que requerem continuidade do trabalho em uma perspectiva mais centrada no desvendamento das expressões da questão social particularizadas na vida das famílias para o planejamento mais adequado da intervenção. Tais demandas não têm como serem atendidas somente a partir de abordagens em grupos de convivência, visto que as famílias que necessitam desse acompanhamento nem sempre participam dos grupos. Também porque à natureza dessas demandas requerem abordagens individuais com os membros do grupo familiar.

---

<sup>8</sup> Demandas mediatas são aquelas que não aparecem imediatamente na expressão da questão social que emerge primeiramente, mas se constitui como demandas determinantes dela.

A equipe volante faz parte da Proteção Social Básica de Assistência Social que é voltada para a prevenção de situações de vulnerabilidade social e, é o único serviço dessa política pública que se faz presente no território rural. Sendo assim, acaba se deparando com demandas que estão para além de suas possibilidades técnicas, pois requerem articulações intersetoriais com outros serviços e políticas públicas. Uma dessas demandas é a saúde mental, que exige continuidade dos atendimentos para realizar o acompanhamento das famílias. Entretanto, a equipe volante não tem condições de realizar intervenções com famílias inseridas no (PAIF) com frequência, em função das longas distâncias percorridas e das precárias condições de trabalho. Assim, a equipe volante, predominantemente, planeja suas intervenções por meio de abordagens em grupo com o foco na promoção e fortalecimento de vínculos para viabilizar o atendimento de metas institucionais.

O vínculo das famílias inseridas no (PAIF) com os serviços prestados pela equipe volante é comprometido, de tal forma pelas precárias condições de trabalho, que a apreensão das mediações necessárias para intervir para além da imediatividade fica praticamente inviabilizada. Ressalta-se que a demanda de saúde mental é apenas o que está mais aparente, pois oculta outros processos sociais como: violência de gênero, homofobia, desemprego, isolamento, pauperização, dentre outras. No entanto, a equipe volante possui um quadro de profissionais insuficiente e não conta com um profissional psicólogo, que seria fundamental para contribuir com a intervenção nessa demanda.

Por fim, outra demanda identificada como uma expressão da questão social no território da área rural é o acesso limitado às políticas públicas. O único serviço público presente na maior parte do território rural é a escola, depois, só será possível encontrar uma Unidade Básica de Saúde em Samburá ou Nhu-Porã. Além disso, o transporte coletivo não funciona todos os dias, o que faz com que a população usuária da área rural também encontre dificuldades para ter acesso a esses serviços públicos na área urbana, ou seja, há uma série de determinantes que fazem com que os usuários do território rural tenham acesso limitado a políticas públicas na forma de bens e serviços ficando ainda mais expostos a situações de vulnerabilidade e risco social.

## **2.1. LIMITES E POSSIBILIDADES POSTOS AO TRABALHO DA EQUIPE VOLANTE**



Conforme apresentado no capítulo anterior, a extensão territorial e a escassez de recursos humanos obstaculizam o cumprimento das diretrizes do SUAS no trabalho da equipe volante. Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas acabam sendo precarizados, porque o tamanho do território rural que demanda o atendimento não condiz com os recursos humanos da equipe volante que é composta de apenas uma assistente social e um orientador social. Desse modo, a escassez de recursos humanos limita as possibilidades de trabalho. Segundo Chauí:

[...] a liberdade é um ato de decisão e escolha entre vários possíveis. Todavia, não se trata da liberdade de **querer** alguma coisa e sim de **fazer** alguma coisa, [...] somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder para fazê-la (CHAUÍ, 2010, p.466) (grifo nosso).

Tal concepção de liberdade descrita pela autora introduz a noção da liberdade condicionada a determinadas **possibilidades objetivas** (CHAUÍ, 2010). Nesse sentido, o exercício da liberdade está condicionado as possibilidades objetivas que perpassam as condições de trabalho da equipe volante.

O contexto de precarização do trabalho da equipe volante vai além da relação do seu território de abrangência muito extenso com o número reduzido de profissionais para realizar atendimentos. O trabalho da equipe volante exige que os profissionais se desloquem da área urbana para a área rural, percorrendo longas distâncias por estradas de chão com um carro inapropriado para esse tipo de trajeto. O carro usado pela equipe volante cotidianamente não atende as necessidades de garantia de segurança e saúde dos profissionais. Por exemplo, em dias de chuva a equipe volante não se desloca para o território da área rural porque as condições das estradas de chão tendem a ficarem ainda mais irregulares, aumentando as chances de acidente e do carro atolar no barro. Em contrapartida, na época mais quente do ano, São Borja se caracteriza por marcar temperaturas na faixa dos 40°C e o carro não possui ar-condicionado nem insulfilm nos vidros, deixando os profissionais expostos ao calor e raios ultravioleta do sol.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizado em grupos é organizado de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo

com o seu ciclo de vida, complementando o trabalho social com famílias de prevenir a ocorrência de situações de risco social. As intervenções são planejadas para criar situações desafiadoras, estimulando e orientando os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. O objetivo do trabalho é ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2014).

A equipe volante se desloca mensalmente para o território rural a fim de realizar intervenções em forma de grupos de convivência familiar e comunitária em 13 comunidades rurais. Essas são as comunidades nas quais a equipe volante intervém com mais frequência porque realiza grupos de forma contínua, com atendimentos uma vez por mês em cada comunidade. Os locais onde são realizados os grupos de convivência geralmente são galpões junto as escolas, salas de aula quando disponível, associações, igrejas ou até mesmo ao ar livre. As atividades planejadas para serem realizadas nos grupos de convivência quase sempre são relacionadas as datas comemorativas, artesanato, campanhas de prevenção, dinâmicas que problematizam padrões de beleza das mulheres, rodas de conversa e de fortalecimento da identidade feminina.

Como a equipe volante se desloca uma vez por mês para cada uma dessas 13 comunidades rurais, utilizando carro inapropriado e um reduzido número de profissionais não sobra tempo, nem energia psíquica para o adequado planejamento das intervenções que acabam, às vezes, ficando desconectadas umas das outras, sem a processualidade necessária para produzir reflexões com a finalidade de construir e reconstruir histórias de vida atravessadas por desigualdades de classe e gênero, conforme pressupõe a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Nas atividades de artesanato, por exemplo, às vezes, emergem demandas como sofrimento mental das mulheres que está mediado com a submissão feminina e, também, vivências de estigmas relacionados a pobreza que abrem possibilidade de problematizações e reflexões críticas sobre as experiências das usuárias atravessadas pela pobreza e desigualdade de gênero. Desse modo, os profissionais da equipe volante podem planejar estratégias para retomar tais demandas nos encontros seguintes, mas esse processo de ideação do trabalho é obstaculizado pelo

excesso de demandas atribuídas a equipe que são relacionadas a logística, que requer dos profissionais organização do lanche, preparação de materiais para intervenção, preenchimento de lista de presença, dentre outras demandas. Conforme Chauí:

A liberdade, porém, não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado. (CHAUÍ, 2010, p. 467).

Portanto, as condições objetivas de trabalho limitam o planejamento de intervenções com o intuito de produzir cidadania e autonomia com as mulheres que comparecem nos grupos, mas simultaneamente abrem possibilidades de trabalho a partir das demandas apresentadas pelas usuárias nas intervenções que podem ser aprofundadas nos encontros seguintes. Conforme Chauí:

O possível não é alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e sobretudo alguma coisa inscrita no coração da necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido. (CHAUÍ, 2010, p.466)

Os relatos nos grupos podem demonstrar a reprodução dos papéis socialmente atribuídos as mulheres e indicar possibilidades de trabalho inscritas no coração da necessidade, nos termos de Chauí (2010). O planejamento dos próximos encontros nas comunidades que emergem tais demandas, pode possibilitar a reflexão crítica sobre a reprodução das desigualdades de gênero e produzir condições objetivas e subjetivas para paulatinamente ir mudando a consciência das mulheres a partir da tematização, seguida da problematização dos seus relatos da vida na qual naturalizam a submissão feminina. (FREIRE, 1987).

No entanto, as condições de trabalho da equipe volante esgotam psicologicamente os profissionais e contribuem com os processos de alienação. O fluxo de demandas que necessita de atendimento imediato ocupa a maior parte do tempo dos profissionais, dificultando o planejamento adequado das intervenções. Os grupos são realizados em 13 comunidades, porém, existem mais comunidades nas quais não ocorrem intervenções em grupos, mas sim atendimentos individuais. Nesse sentido, é separado um dia da semana somente para realizar atendimentos individuais no

espaço físico da equipe volante situado na área urbana, a fim de evitar que os usuários procurem pelo serviço em dias que a equipe volante se encontre na área rural. Além dessas demandas que organizam o trabalho da equipe volante, existem as demandas encaminhadas por outras instituições<sup>9</sup>, que também tomam tempo e energia dos profissionais. Desse modo, a equipe volante fica demasiadamente sobrecarregada porque não há profissionais, recursos materiais e nem tempo suficientes para atender tantas demandas e planejar estratégias de intervenção que visem produzir autonomia e cidadania para as mulheres nos grupos.

Nos grupos são promovidos espaços ricos em debates coletivos e trocas de experiências entre as mulheres, de modo a possibilitar a identificação de algumas das principais demandas das usuárias em seu respectivo território. As mulheres que participam dos grupos demonstram possuir vínculo com os profissionais da equipe volante, especialmente, com a profissional assistente social. Os grupos se caracterizam por produzir um sentimento de pertencimento nas usuárias de forma que todas se sintam integradas e participem das atividades sem que haja nenhum tipo de preconceito ou discriminação. Sendo esse, um momento de escape da rotina das mulheres que encontram nos grupos um ambiente descontraído, em que elas se divertem, brincam, conversam, dão risadas, etc. Portanto, as atividades realizadas atingem parcialmente a finalidade de produzir o fortalecimento de vínculos comunitários, a socialização e a convivência entre as usuárias, como informa a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A partir do que as usuárias relatam, algumas vezes, aparecem nos grupos demandas relacionadas aos estigmas decorrentes da sua condição de pobreza ligados a vestimenta das usuárias, por exemplo, que são elementos que podem ser trabalhados nos próximos encontros, mas que requerem planejamento. Entretanto, o planejamento das intervenções nem sempre ocorre adequadamente, visto a precariedade do carro que deixa os profissionais mal acomodados e expostos à riscos físicos e de acidentes durante os longos trajetos percorridos por estradas de chão pegando poeira. Isso gera um cansaço que não é só físico mas também mental, que obstaculiza o planejamento do trabalho com vistas a inserção de processos reflexivos nas intervenções com as usuárias.

---

<sup>9</sup> O poder judiciário costuma atribuir demandas de sua alçada aos profissionais da Assistência Social, por meio da solicitação de estudos sociais e pareceres para subsidiar decisões judiciais em um processo que intensifica ainda mais a precarização do trabalho.

Com isso, quando sobra tempo para planejar as intervenções os profissionais já se encontram com suas energias esgotadas para pensar estratégias de intervenção no intuito de fomentar nas usuárias a reflexão sobre a relação dos preconceitos que vivenciam cotidianamente pelo seu modo de se vestir com seu gênero e classe social. O reflexo disso, é que as atividades geralmente são planejadas com um fim em si mesmas, pois os relatos e vivências dos encontros não são retomados e aprofundados posteriormente nos encontros seguintes.

Também emergem demandas relacionadas a saneamento básico e a energia elétrica que abrem possibilidades de trabalho a equipe volante. O assentamento Conquista das Missões, por exemplo, encontrava-se há 8 anos sem energia elétrica e saneamento básico, o que impactou significativamente nas condições de vida das famílias que residem nessa comunidade. Tal comunidade fica muito próxima da área urbana, mas mesmo assim levou mais tempo para acessar os serviços públicos básicos de saneamento e energia elétrica do que outras comunidades que ficam mais distantes. Apesar dos usuários da comunidade terem feito várias solicitações ao governo municipal e até mesmo um abaixo assinado, não tiveram inicialmente sua demanda atendida. Um dos entraves para a comunidade obter acesso à esses serviços era a falta de recursos financeiros do Poder Público Municipal com a justificativa de que a liberação de verbas deveria partir do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) órgão responsável pelos assentamentos.

Nas abordagens em grupo da equipe volante no assentamento Conquista das Missões sempre surgia a pauta sobre o acesso aos serviços de saneamento básico e energia elétrica e os profissionais estimulavam a organização coletiva da comunidade para reivindicação desses direitos, pois nos termos de Coutinho (1999) a cidadania não é dada, mas sim conquistada pela luta dos segmentos excluídos que tencionam para inserir suas demandas na agenda pública. As usuárias que participam dos grupos demonstravam descredito quanto a resolução do problema pelo Poder Público Municipal, visto que suas tentativas anteriores de pressionar a prefeitura, aparentemente, não surtiram efeito. Isso remete a invisibilidade das demandas dos segmentos populacionais que vivem no território da área rural. Segundo, Nunes (2018, p.143),

compreende-se que a *invisibilidade* ocorre no reforço ao estereótipo do rural enquanto espaço do atraso, quando o rural é "esquecido" frente às políticas

sociais [...] uma vez que não há um processo consolidado na prestação de serviços sociais no rural.

As mobilizações comunitárias que pareciam não surtir efeito no sentido de estabelecer pressão popular, foram paulatinamente tencionando o município que articulou com o Incra para inserir as demandas relacionadas a saneamento básico e energia elétrica na agenda pública. Ressalta-se que tal processo expressa avanços e recuos, visto que os gestores também visam reforçar a “lógica do favor” e adquirir capital político junto aos moradores da comunidade que, em contrapartida adquirem consciência do seu potencial coletivo no processo de produção de cidadania que não é dada pelo Poder Público, mas sim conquistada (COUTINHO, 1999; BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Desse modo, as demandas de acesso a saneamento básico e energia elétrica do assentamento Conquista das Missões só ganharam visibilidade a partir das reivindicações de seus moradores junto ao Poder Público. O trabalho da equipe volante de estimular a organização coletiva das usuárias contribuiu para que as mesmas não desistissem de lutar por seus direitos, até que o Poder Público cedeu as reivindicações e solicitou um levantamento do número de famílias que viviam na comunidade para planejar a oferta de saneamento básico e energia elétrica. A equipe volante por meio deste levantamento constatou que na comunidade vivam 15 (quinze) famílias incluindo crianças e idosos que pela falta de saneamento básico e energia elétrica se encontravam suscetíveis à doenças e em condições de vida precárias. A partir desses dados, foi possível movimentar esforços políticos a fim de captação de recursos públicos do Incra para que a comunidade tivesse sua demanda atendida. Sendo esse, o processo que resultou na assinatura da ordem de serviço pelo prefeito do município para instalação de água encanada e energia elétrica na comunidade.

Já os atendimentos realizados às famílias do Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas que se assemelham porque requerem continuidade nas intervenções, encontram-se ainda mais limitados pelas condições objetivas de trabalho da equipe volante. Esses são os serviços que a equipe volante tem mais dificuldade em ofertar, pois intervém com menos frequência com famílias que possuem demandas mais complexas, que necessitam de acompanhamento. Sendo assim, os atendimentos tendem a se reduzir ao repasse do Aporte Nutricional mediante visitas domiciliares, pois a equipe volante não possui condições de trabalho

para realizar atendimentos com frequência para usuários que não participam dos grupos de convivência.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF refere-se ao trabalho social com famílias, de caráter continuado, a fim de fortalecer a função protetiva de prevenção da ruptura dos vínculos familiares, garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida. Tendo como princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento. Os atendimentos para as famílias que residem no território da área rural podem ser realizados por equipes volantes ou mediante implantação de unidades de CRAS itinerantes (BRASIL, 2014).

Enquanto, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas tem como finalidade a prevenção de agravantes que levem ao rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, a inclusão social, a equidade de oportunidades, a participação e a produção da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a exclusão e o isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas. Deve também desenvolver ações extensivas aos familiares, de apoio, orientação e encaminhamento (BRASIL, 2014).

A falta de continuidade do trabalho da equipe volante com demandas atendidas por meio do Serviço de Proteção Integral à Famílias – PAIF e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas tem como um dos seus principais determinantes as condições precárias de trabalho que os profissionais enfrentam e as longas distâncias percorridas por um território extremamente vasto. O qual é causa e efeito de como se organiza o trabalho da equipe volante centrando suas intervenções em grupos, de modo, que os atendimentos individualizados às famílias desses serviços ocorram com menos frequência ou não ocorram.

*Temos, por um lado, o crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização. Esta se choca com a já crônica – e agora agravada – falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que erige o mercado como a “mão invisível” que guia a economia (IAMAMOTO, 2015. p.160).*

Sendo assim, quando não há verbas institucionais para garantir o direito de acesso ao Aporte Nutricional dos usuários, os atendimentos às famílias inseridas no

(PAIF) acabam nem acontecendo. A maior parte das famílias atendidas no (PAIF) não costuma comparecer aos grupos de convivência mesmo residindo em comunidades nas quais são realizados os encontros, o que inviabiliza o trabalho de acompanhamento contínuo dessas famílias, conforme determina a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Diante disso, a articulação intersetorial com a política pública de saúde apresenta-se como uma estratégia viável para que a equipe volante qualifique o acompanhamento das famílias inseridas no (PAIF) com demandas que necessitem de continuidade dos serviços

A interlocução específica com a política de saúde é problematizada em função dos desafios comuns que as reúnem em torno da complexa determinação social das condições de vida e saúde da população. Ademais, tais políticas compartilham um desenho de implementação territorializado, articulado por princípios de hierarquização e regionalização de seus respectivos sistemas únicos, o que resulta no fato de que estão em um mesmo território, atendendo a mesma população, ainda que com objetivos específicos diferentes, mas não por isto dissociáveis. A política de saúde, em especial, alcança com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) uma significativa capilaridade e capacidade de acompanhamento da população em situação de vulnerabilidade social que poderia tanto ser potencializada, como potencializar a proteção básica de assistência social (CARMO; GUIZARDI, 2017, p.1268).

O trabalho em conjunto entre os profissionais de tais políticas públicas é uma estratégia que abre possibilidades para superar, em certa medida, a falta de continuidade das intervenções com famílias inseridas no (PAIF). As/Os agentes comunitárias de saúde realizam atendimentos na maioria das comunidades rurais com muito mais frequência porque também moram nelas, o que lhes permite uma maior aproximação com as demandas dessas famílias. Sendo assim, os profissionais compartilhando responsabilidades somam forças para planejar intervenções com a finalidade de fortalecer o vínculo com essas famílias e produzir ações que contribuam para a garantia de direitos e a expansão da autonomia e cidadania através do trabalho social com famílias do (PAIF), conforme recomenda a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Portanto, o produto do trabalho da equipe volante é diretamente condicionado pelos limites e possibilidades que os profissionais possuem para colocar seu trabalho em movimento. As precárias condições de trabalho inviabilizam que a equipe volante



concretize grande parte dos objetivos propostos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que são atingidos parcialmente no trabalho realizado.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho da equipe volante na área rural de São Borja se configura como um serviço desvinculado do CRAS, porque sua vinculação é apenas formal, visto que o território de abrangência do CRAS não engloba a área rural. Dessa forma, a vinculação da equipe volante com o CRAS se dá somente para o envio de relatórios que comprovem quantitativamente o trabalho realizado pela equipe volante a fim de prestar contas ao governo federal. Além disso, a equipe volante não se instala no CRAS ao qual está vinculada formalmente, pois este não possui estrutura adequada para alocar mais esses profissionais. Por isso, os atendimentos individuais são realizados em outro prédio do Poder Público Municipal.

A equipe volante de São Borja é formada por apenas uma profissional assistente social e um orientador social, sendo que a equipe mínima deveria ser composta por um assistente social, um psicólogo e dois orientadores sociais como recomenda a Portaria nº303. O território da área rural de São Borja tem como peculiaridade uma extensão territorial extremamente vasta, superior as condições de atendimento da equipe volante que já é reduzida, mas mesmo se houvesse equipe mínima completa seria insuficiente para a cobertura do território que necessita o trabalho de no mínimo três equipes volantes para o atendimento das demandas da população rural. Desse modo, a escassez de profissionais da equipe volante desdobra-se na precarização dos serviços prestados.

As intervenções em grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são realizadas com frequência pela equipe volante e atendem parcialmente as demandas das mulheres participantes, visto que o planejamento das intervenções é obstaculizado pela sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os profissionais. Com isso, as intervenções em grupo atendem a finalidade de produzir a socialização e convivência comunitária entre as mulheres. No entanto, a precarização do trabalho obstaculiza o planejamento das intervenções em grupo e dificulta a gestão processual dos atendimentos para que os/as profissionais consigam se aprofundar nas demandas

relatadas pelas mulheres nos grupos para promover problematizações nos encontros seguintes sobre as demandas como sofrimento psíquico, questões de gênero, estigmatização da pobreza, dentre outras. Sendo assim, prioriza-se o atendimento de demandas burocráticas que visam atender metas quantitativas, pois as intervenções em grupo permitem atender mais usuários em menos tempo.

Já as intervenções individuais mediante visitas domiciliares do Serviço de Atendimento Integral à Família – PAIF e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas ocorrem esporadicamente, o que inviabiliza o acompanhamento contínuo das demandas de natureza mais complexas que necessitam de atendimentos mais frequentes para o desvendamento das expressões da questão social que se manifestam na vida dos usuários. Sendo assim, os atendimentos por meio desses serviços centram-se no repasse de Aporte Nutricional, materiais de construção, móveis, roupas e no encaminhamento para cursos profissionalizantes, que visam o atendimento de demandas imediatas. É importante ressaltar que a precarização do trabalho, em alguns casos, inviabiliza o atendimento universal da população residente na área rural, porque os profissionais não conseguem cobrir todo território de abrangência da equipe volante.

Em relação ao produto, constatou-se que a precarização do trabalho incide nos resultados do mesmo. Nas atividades com as famílias predominam o acesso a programas sociais que atendem pontualmente necessidades sociais dos usuários, mas há dificuldade de intervir em demandas mais complexas como uso abusivo de álcool e outras drogas, violência doméstica e adoecimento mental. As dificuldades para intervir nessas demandas mais complicadas decorrem da escassez de recursos humanos e materiais para atender a população da área rural e também da falta de outros serviços e equipamentos públicos na área rural. A precarização do trabalho também incide nas intervenções nos grupos, porque obstaculizam o processo de planejamento do trabalho que, predominantemente, se organiza sem inserir uma processualidade nos encontros com base nas demandas que emergem a partir dos relatos das mulheres que, às vezes, apresentam elementos que expressam desigualdades sociais que podem ser problematizados e tematizados no intuito de produzir reflexões críticas sobre a realidade.

Apesar da precarização do trabalho supracitada, identificou-se que o trabalho da equipe volante contribui com os processos de mobilização e organização coletiva das comunidades com a finalidade de conquistar direitos de cidadania. Nesses casos,

o serviço contribui com a organização popular para a luta por direitos sociais e articula tais serviços com os agentes públicos do município. Também ficou evidente que os grupos, por si só, contribuem com o desenvolvimento da convivência comunitária e com a saúde mental das mulheres que participam do mesmo, porque os encontros significam um momento no qual as mesmas se dedicam a atividades de lazer.

Os resultados do estudo apontam para a necessidade de intensificar a participação popular dos usuários da política de Assistência Social da área rural para tencionar em espaços públicos como conselho municipal, câmara de vereadores, associação de moradores, dentre outras, com a finalidade de ampliar a oferta das equipes volantes. Nesse processo, as normativas que regulamentam os serviços podem ser instrumentos importantes à medida em que garantem condições de trabalho que não estão sendo cumpridas pelos gestores municipais em São Borja.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social : fundamentos e história. – 4.ed. – São Paulo : Cortez, 2008. – (Biblioteca básica de serviço social ; v.2).

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** / Reimpressão 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

BRASIL, 2010. Censo – IBGE/Rural – PNSR. Infosanbas / São Borja, RS. Disponível em: <<https://infosanbas.org.br/municipio/sao-borja-rs/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

BRASIL. DECÁLOGO DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS. **VII Conferencia Nacional de Assistência Social** / MDS. Brasília (DF) 30 de novembro a 3 de dezembro de 2009.

BRASIL, 2011a. PORTARIA Nº303 de 8 de novembro de 2011. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diário Oficial da União - seção 1**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/portarias/2011/portaria%20Equipe%20Volante.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2011/portaria%20Equipe%20Volante.pdf)>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

BRASIL, 2011b. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; **Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011**. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf)>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

BRASIL, 2015. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/servicos-de-protecao-social-basica-e-acoes-executadas-por-equipe-volante>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

CARMO, Michelly; GUIZARD, Francini. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27 [ 4 ]: 1265-1286, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/physis/2017.v27n4/1265-1286/pt>>. Acesso em: 3 de agosto de 2019.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia – Ed. Ática, São Paulo, 2000. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/533894/mod\\_resource/content/1/ENP\\_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/533894/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf)>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

COUTINHO, C. N. CIDADANIA E MODERNIDADE. Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

GALEAZZI, I. Precarização do trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4 ed. Petrópolis: Vozes: Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 242-247.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade : trabalho e formação profissional – 26. Ed.- São Paulo, Cortez, 2015.

MORAES, Kelvin. Diário de Campo – Estágio Supervisionado. São Borja, 2019.

NUNES. Cíntia F. Sementes Lançadas em Terras Distantes : O Direito à Assistência Social para a População Rural. – 2018. Disponível em: <[http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7837/2/Disserta%20-%20C%20adntia%20Florence%20Nunes.pdf?fbclid=IwAR11sZS7gJkdvpHPKYLVe\\_tWquekz\\_wZW1TBLVZaSKjYPQU3kWKf92wogDf4](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7837/2/Disserta%20-%20C%20adntia%20Florence%20Nunes.pdf?fbclid=IwAR11sZS7gJkdvpHPKYLVe_tWquekz_wZW1TBLVZaSKjYPQU3kWKf92wogDf4)>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

SÃO BOEJA, 2019. Lei nº 5.507, de 16 de maio de 2019. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de São Borja.** Secretaria do Desenvolvimento Social.